

037/92

37.92

alip sr

Ives Gandra da Silva Martins

O DESAFIO MUNDIAL

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
*Professor Titular de Direito Econômico e
de Direito Constitucional da Faculdade
de Direito da Universidade Mackenzie e
Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos
da Federação do Comércio do Estado de S.Paulo.*

A Comunidade mundial está em mudança. O perfil político, econômico, social e jurídico do mundo ganha contornos absolutamente diversos dos traçados no tempo pretérito, sendo de reflexão obrigatória para os pensadores, em todas as nações, as sinalizações futuras que tais alterações implicarão.

O homem do século XX já não é o mesmo. Os meios de comunicação deram-lhe uma visão mais ampla do universo. Tomou ele, pela primeira vez, consciência de suas limitações. Na medida em que as pessoas galgam o patamar de educação e de cultura, reduzindo o abismo de conhecimento entre os membros de cada sociedade, tanto mais os problemas se multiplicam, muito embora com a nítida percepção de que o homem não é onipotente.

O positivismo comteano entrou em franca decadência, por acreditar em valores superiores à natureza humana e nos poderes sem fronteiras da Ciência, sem perceber que aqueles só têm lastro fora dela e estes estão dramaticamente reduzidos por ela.

Com toda a evolução do mundo e dos conhecimentos científicos, o homem é ainda incapaz, através deles, de responder elementares questões como por que existe, por que existe a vida, qual o sentido da vida, como surgiu o universo, para que surgiu o universo, de onde vem, para onde vai, o que é o universo, o que é a vida.

O fim do século vai permitindo ao homem comum compreender que suas limitações estão a exigir um repensar das circunstâncias que o cercam e a realidade do cotidiano, em suas estruturas e objetivos, buscando a eficiência econômica, ao lado da estabilidade política, o bem estar social e interior de cada indivíduo, objetivos que não passam necessariamente pela concepção de pátria e de soberania do passado.

Mais do que isto, o homem, que está sendo moldado para o século XXI certamente enfrentará desafios diversos das gerações passadas, com a certeza de que a aldeia global em que vive tem mais limitações do que pensava e que do adequado enfrentar os problemas resultará ou o caminho da relativa estabilidade, ou aquele de uma monumental deterioração de valores, com corrosivos efeitos e reflexos sobre todos os povos e nações.

A notável percepção de Toynbee sobre os estados universais e aqueles paroquiais continua válida, muito embora os Estados Universais que se formam no século XX sejam mais fruto de uma concepção sobrevivencial dos povos, que sinalização dos governantes, como ocorre com a comunidade econômica européia, que apenas fortaleceu suas estruturas de forma definitiva, ao ter que superar os brutais obstáculos da década de 80, em que se impôs a obrigatoriedade de redução do tamanho do Estado para que a sociedade sobrevivesse.

Assim é que todos os 12 países da Comunidade resolveram reduzir os Governos e a carga tributária para que a sociedade crescesse, em nítida demonstração de que os ideais de um Estado propiciador de bem estar era mais teórico do que gerador de resultados. A concepção de um Estado constituído de homens patrióticos, capaz de produzir o bem estar social da população com reconhecimento de todos, sucumbiu perante os resultados, prevalecendo, no final da década passada, a concepção de resultados superiores aos ideais, que o sistema do liberalismo ocidental terminou por gerar.

O certo é que o mundo atual é um mundo de união de espaços geográficos para reduzir os custos políticos das máquinas estatais e das sociedades, assim como de uma integração humana supranacional, tendo por fim a realização do bem estar

social, mesmo que acima dos próprios interesses regionalistas daqueles que vêm nesta integração uma perda de identidade nacional dos povos.

O mundo do século XXI não será mais um mundo dividido em nações pequenas, em governos paroquiais, mas um mundo com grandes espaços territoriais, em que as nações sobreviverão como integrantes, não de uma confederação de países soberanos, mas como federação de nações autônomas, subordinadas a poderes comuns, como ocorre hoje com o Tribunal e o Parlamento europeus, cujas decisões ou deliberações, em sua área de competência, terminam prevalecendo sobre aquelas dos órgãos locais de idêntica atuação.

A pulverização de um regime carcomido pela esclerose política do marxismo, que produziu uma multiplicação de Estados no antigo Leste europeu, não sinaliza caminho inverso, na medida em que tal pulverização purificadora será gradativamente absorvida pelos novos espaços criados, como já aconteceu em nível de integração nacional, com a Alemanha Oriental e começa a acontecer com aqueles países que já principiam a integrar os mesmos organismos internacionais, que as nações ocidentais integram.

O mundo, todavia, terá que enfrentar alguns desafios de grande envergadura, a saber:

1) O problema econômico. Nada obstante o sensível aumento de competitividade e de desenvolvimento ocorrido entre os países que aderiram a formação de blocos nacionais, o globo continua dividido entre uns poucos países ricos e muitos países pobres, que, sobre não terem acesso à sua tecnologia e desenvolvimento, não participam de qualquer deliberação sobre suas grandes questões, hoje decididas por apenas 7 países. Em outras palavras, resta saber até que ponto permitirão, tais países, uma integração maior entre países ricos e pobres, com transferência de recurso e tecnologia para estes e até que ponto têm condições de fazer tal integração.

2) O problema político. As estruturas política, diversas em cada país, seu regime jurídico e a concepção dos que detêm o poder pode inviabilizar a integração, se tais políticos os tiverem uma visão paroquial ou ideológica ultrapassada com carisma

suficiente para justificar tal visão. Teríamos assim, no feliz dizer de Paulo Mercadante, o "avanço do retrocesso".

3) O problema jurídico. O Direito Internacional é ainda insuficiente para solucionar problemas de envergadura, se não houver vontade política daqueles que o implementam em nível de direito internacional público. A falta de competitividade imediata e sua dependência da concordância das nações envolvidas em implementá-lo, fazem dele um instrumento mais precário para solver os grandes desafios de uma integração universal. Por outro lado, como dizia D.P. Moynihan, os grandes Estados são os maiores desrespeitadores deste Direito, figurando os Estados Unidos como líder de tal desrespeito, depois que a União Soviética deixou de existir. Nesta matéria, no passado, a União Soviética exercera, com mais eficiência que os Estados Unidos, o direito de interpretar em causa própria as normas de conteúdo internacional. É esta atual a tendência, em direito internacional, nada obstante o princípio da igualdade, visto que é ele determinado pelas grandes nações. Parafraseio Orwell ao dizer que todas as nações são iguais, mas algumas são mais iguais do que as outras.

4) O problema social. O nível da miséria, nos países menos desenvolvidos é consideravelmente superior àquele existente nos países mais desenvolvidos e a incapacidade que os Estados paroquiais estão demonstrando em combatê-lo, poderá representar semente de destruição de qualquer esforço para criar um Estado universal de bem estar social, na medida em que o alargamento de conhecimento dos homens provoca também o alargamento de suas aspirações e as limitações dos Estados em solver tais problemas reduz seus resultados. O Homem do século XX tem-se revelado um inconformado, o que, pela paciência e submissão do homem dos séculos passados, não ocorria. E sua inconformação pode ser resumida no fato de ter ele aspirações sempre superiores à suas possibilidades de realização.

5) O problema ecológico. O Homem, na busca do progresso, danificou o planeta mais do que poderia o planeta suportar. Hoje, a terra chegou ao ponto extremo de tolerância à depredação humana. Ou o homem recupera a terra, respeitando seu perfil e suas necessidades básicas, ou, ao destruí-la, estará se destruindo, em face de não se vislumbrar, no horizonte IMEDIATO, outro corpo sideral com capacidade de receber os habitantes deste planeta. A consciência desta realidade não significa

que o mundo já obteve estabilidade suficiente para enfrentar tais dificuldades, sendo certo que do ideal à prática ainda haverá longo lapso temporal.

6) O problema humano. O homem perdeu a consciência do respeito aos valores superiores. Passou a acreditar em si mesmo mais do que em Deus, quando não a negá-lo, ostensivamente. Seus valores menores passaram a sobrepor-se aos valores divinos, exteriorizados por todas religiões superiores. O bem estar Individual vale mais que a dedicação ao próximo ou a Ideais comunitários, com o que o egoísmo, defeito a que as grandes religiões atribuem a queda original, termina não sendo combatido, mas exaltado. O esforço, a mortificação, a austeridade, a temperança são virtudes empanadas pelos desejos de usufruir a vida, ganhar "status", ser bem sucedido, mesmo que à custa de violações de consciência ou de transigências éticas. As famílias ricas preferem um novo carro a um novo filho, lembrando a lição de Políbio de que no momento em que as mulheres romanas trocaram o numero de filhos e a dedicação à família pelo aproveitamento da vida, o império romano entrou em decadência moral que terminou por eliminá-lo da História. Nenhuma estrutura política se sustenta se a gente que a empalmar não vencer a síndrome do benefício próprio. Como dizia o poeta "O mais forte castelo é bem castelo fraco, se à antiga gente forte, a fraca lhe sucede". A Comunidade européia entra a enfrentar sua mais forte crise, que determinará um novo perfil étnico do próprio europeu, na medida em que os europeus, que passaram a produzir tudo, deixaram de produzir europeus, permitindo que os emigrantes latino-americanos, asiáticos e africanos, que lá chegaram e que continuam a produzir filhos, comecem a criar um componente social, que em 20 anos será mais numeroso que o europeu.

Neste contexto, o Brasil não poderá deixar de enfrentar idênticos problemas e alguns mais, já solucionados pela Europa e ainda não aqui solucionados.

O primeiro deles é a triste realidade de que a Federação Brasileira não cabe dentro do PIB. O Estado é maior que a sociedade. O Povo não tem como aguentar 5000 executivos, 5000 legislativos com 120000 legisladores e 27 Poderes Judiciários, que compõem estrutura do país. Se a Revisão Constitucional não reduzir o tamanho do Estado tornando-o compatível com a realidade nacional e com a população, o termostato do equilíbrio social e político não resistirá. Tal estrutura gera a inflação oficial, a recessão oficial e, por mais que a sociedade se esforce, não

tem forças para manter a mastodôntica estrutura estatal. E a desobediência civil acabará por provocar uma explosão social com repercussões políticas imediatas.

O segundo, é o de que os homens públicos brasileiros não estão à altura do desafio, continuando a falar linguagem do passado, do início do século, propondo falsos problemas ideológicos para os reais problemas brasileiros, confundindo a população e administrando pessimamente o país. Todos os políticos brasileiros, enquistados na União, Estados e Municípios, são, em grande parte, responsáveis pela violenta crise em que vivemos, com decidida colaboração para que o quadro não demonstre perspectivas de recuperação no futuro.

O terceiro, é o de que o país é regulado por leis demais, com fantástico desconhecimento por parte dos que as aplicam, e com justificável desconhecimento dos que as devem obedecer. A crise do Direito no Brasil é uma crise mais de complexidade legislativa que de autoridade.

O quarto problema maior reside no sistema tributário, dos mais complicados e ineficientes do mundo. Precisa ser simplificado junto com a redução do tamanho da Federação. Ajuste fiscal se faz também pela coluna da diminuição de despesas.

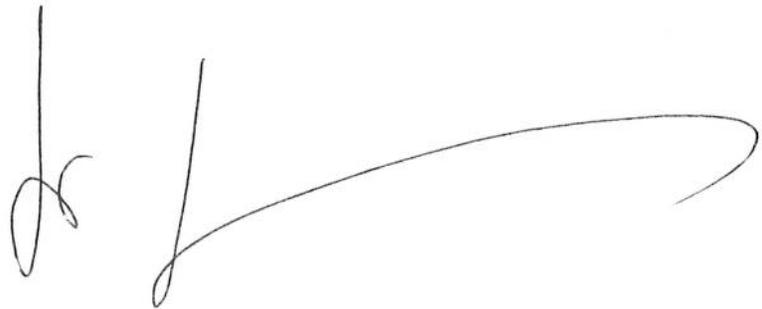
O quinto problema é a forma de governo. Fora os Estados Unidos, nenhum país civilizado adota o presidencialismo como sistema de Governo. Com voto distrital, Banco Central autônomo, burocracia profissionalizada e dissolução incondicionada do Congresso, teríamos um sistema parlamentar em que as crises políticas não abalariam a nação, pois os gabinetes cairiam. O sistema presidencial de Governo é o sistema da irresponsabilidade a prazo certo e o parlamentarismo, o da responsabilidade a prazo incerto.

O derradeiro problema enfocado nesta curta exposição, mas não o último, é o da privatização. O Estado precisa dedicar-se às suas funções naturais, a saber: dar segurança interna e externa, administração de justiça e propor um bom sistema de previdência, assistência social, saúde e educação, sobre ter normas para evitar o abuso do poder econômico e para promover a justiça social. Não deve ser nunca empresário, a não ser que o setor privado não se disponha a trabalhar em áreas

Ives Gandra da Silva Martins

essenciais. Deve fazer o que sabe fazer e não, fazer o que não sabe fazer, deixando de fazer o que sabe fazer.

Os problemas mundiais são sérios, muito embora uma consciência de sua relevância comece a nascer. Os problemas nacionais são ainda mais sérios. Que os brasileiros percebam a extensão dos desafios e tenham a coragem de enfrentá-los, pois só é possível vencer os obstáculos quando os que desejam vencê-los adotam meios adequados. E a primeira condição para isto aconteça é termos a vontade de mudar e de vencer, como Churchill exigiu do povo Inglês, durante a 2ª guerra, com sangue, suor e lágrimas, se necessário.



IGSM/mao
Amundial